

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

9 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *Maria João Monteiro Santos*.

3000219164

---

## AUTARQUIAS

---

### CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

#### Aviso

#### Alteração ao loteamento urbano n.º 7/02 — Comporta

Torna-se público, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 22 de Setembro, que se encontra aberto um período de discussão pública, com a duração de 15 dias contados a partir do 8.º dia seguinte à publicação do presente aviso, tendo por objecto a alteração ao projecto do loteamento para consolidação de quatro lotes sitos na localidade e freguesia da Comporta, concelho de Alcácer do Sal.

Todos os interessados podem apresentar, por escrito, as suas reclamações, observações ou sugestões, dirigindo-as ao presidente da Câmara Municipal, estando o respectivo processo disponível para consulta na Divisão de Urbanismo, Equipamento e Habitação.

9 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Pedro Manuel Igrejas da Cunha Paredes*. 1000307496

#### Aviso

#### Alteração a loteamento urbano — Comporta, Alcácer do Sal

Torna-se público, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 22 de Setembro, que se encontra aberto um período de discussão pública, com a duração de 15 dias contados a partir do 8.º dia seguinte à publicação do presente aviso, tendo por objecto a alteração ao projecto do loteamento n.º 3/2000, promovido na localidade e freguesia da Comporta, concelho de Alcácer do Sal, pela Herdade da Comporta, Actividades Agro-Silvícolas e Turísticas, S. A.

A alteração pretendida incide sobre os lotes 121, 241 e 251 a 253.

O processo encontra-se disponível para consulta na secretaria da Divisão de Urbanismo, Equipamento e Habitação da Câmara Municipal, podendo todos os interessados apresentar, por escrito, as suas reclamações, observações ou sugestões, dirigindo-as ao presidente da Câmara.

10 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Pedro Manuel Igrejas da Cunha Paredes*. 1000307497

### CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

#### Aviso

#### Concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário do grupo de pessoal técnico superior da carreira de engenheiro do ambiente, com vista ao preenchimento de um lugar vago na categoria de técnico superior de 2.ª classe.

Torna-se público que, por despacho de 19 de Outubro de 2006, é admitido como estagiário da carreira técnica superior em engenharia do ambiente, a partir do dia 4 de Dezembro de 2006, Rafael Augusto Costa Sobrinho Correia, em regime de contrato administrativo de provimento, nos termos do disposto nos artigos 14.º, n.º 1, alínea a),

15.º, n.º 2, alínea c), e 16.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Jorge Nunes*. 3000219036

### CÂMARA MUNICIPAL DAS CALDAS DA RAINHA

#### Aviso

#### Licença sem vencimento

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho de 25 de Setembro de 2006, foi concedida licença sem vencimento por um ano a Mário Miguel Marques Tavares, com a categoria de técnico profissional de turismo de 1.ª classe, ao abrigo do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com início em 1 de Setembro de 2006.

10 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando José da Costa*. 1000307472

#### Aviso

#### Licença sem vencimento

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 11 de Setembro de 2006, foi concedida licença sem vencimento por um ano a Rui Pedro Colaço Tempero, com a categoria de auxiliar administrativo, ao abrigo do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com início em 12 de Setembro de 2006.

10 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando José da Costa*. 1000307473

#### Aviso

#### Transferência

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 10 de Agosto e nos termos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com as respectivas alterações, foi autorizado o pedido de transferência requerido por Rui Miguel Tormenta Neto Francisco, técnico superior arquitecto, da Câmara Municipal de Óbidos para a Câmara Municipal das Caldas da Rainha, com efeitos reportados a 2 de Outubro de 2006.

10 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando José da Costa*. 1000307474

### CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA

#### Aviso

#### Concurso externo de ingresso para admissão de um técnico superior estagiário, área de psicologia, grupo de pessoal técnico superior

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 17 de Outubro de 2006, fazendo uso da competência conferida pelo artigo 68.º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeei para o lugar de técnico superior estagiário, área de psicologia, Mónia Jeanne Pires Valente Martins, classificada no 1.º lugar no concurso cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 7, de 10 de Janeiro de 2006.

A candidata deverá tomar posse do referido lugar no prazo de 20 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Júlia Paula Pires Pereira da Costa*. 1000307476

### CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

#### Aviso n.º 109/2006/DAGR/DGFRH

Em cumprimento da alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local

pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho proferido no passado dia 2 de Outubro, pelo director municipal de Administração e Finanças, Dr. Arménio Bernardes, ao abrigo da competência subdelegada através do meu despacho de 15 de Novembro de 2005, publicitado pelo edital n.º 406/2005, de 15 de Novembro, foram Maria Manuel da Silva Pedroso Carvalhinho, Silvino Rosa da Silva, Jaime Eduardo Monsanto Fonseca, Agostinho Jorge dos Santos Ferreira, João André Bernardo Teló Campos, Aníbal Eduardo Silvério Pinto Martins, José Alberto Cardoso Spencer e José António Monteiro Rodrigues nomeados provisoriamente, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, acima referido, por urgente conveniência de serviço, com efeitos ao dia 2 de Outubro do corrente, com procedência de concurso, na categoria de jardineiro do grupo de pessoal operário qualificado do quadro de pessoal desta Câmara Municipal.

Os nomeados deverão assinar os respectivos termos de posse no prazo legal de 20 dias contado da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, o presente processo está isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

Publique-se o presente aviso na 2.ª série, parte especial, do *Diário da República*.

12 de Outubro de 2006. — Por delegação, o Vereador dos Recursos Humanos, *Marcelo Nuno Gonçalves Pereira*. 3000218985

### Aviso n.º 112/2006/DAGR/DGFRH

Em cumprimento do n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, bem como do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que, por despacho de 4 de Outubro de 2006, proferido pelo presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Encarnação, ao abrigo da competência que lhe é conferida pelo n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi nomeado o engenheiro José António de Rios Vilela no cargo de director do Departamento de Planeamento, em comissão de serviço, pelo período de três anos, com precedência de concurso, por urgente conveniência de serviço, com efeitos à data do referido despacho, nos termos dos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º acima mencionado.

#### Nota curricular

Currículo académico — licenciatura em Engenharia Civil, em 1982, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Currículo profissional:

Frequência de acções de formação nas áreas do regime jurídico de empreitadas de obras públicas;

Exercício de funções correspondentes à carreira de engenheiro civil na empresa Soares da Costa no período compreendido entre Outubro de 1987 e Novembro de 1990, destacando-se:

A responsabilidade técnica, planeamento, gestão e coordenação da obra no Hospital Militar Regional n.º 1, no Porto;

Direcção, planeamento, gestão e coordenação da obra no Centro Francisco e Jacinta n.º 1, no Porto;

Direcção das obras na Tricana Conimbricense e na fábrica de papel, sendo esta última da SOPORCEL;

Exercício de funções na empresa João Salvador, L.ª, desde Novembro de 1990 a Novembro de 1991, tendo sido responsável pela reestruturação, reorganização e planeamento de toda a área de produção da empresa, nomeadamente os recursos humanos, instalações e equipamentos;

Exercício de funções correspondentes à carreira de engenheiro civil, em regime de contrato de trabalho a termo certo, na Câmara Municipal de Coimbra, desde 11 de Novembro de 1991 a 12 de Novembro de 1992;

Contrato de prestação de serviços, na forma de avença, nesta Câmara Municipal, desde 9 de Novembro de 1992, tendo o referido contrato tido como objecto a prestação de serviços de assessoria no projecto e planeamento da rede viária principal do concelho de Coimbra, bem como a gestão e fiscalização das obras inerentes ao projecto;

Ingresso no quadro desta Câmara Municipal, em 27 de Agosto de 1998, com a categoria de engenheiro civil assessor;

Nomeado, em comissão de serviço, no cargo de chefe da Divisão de Trânsito desta Câmara Municipal, no período compreendido entre 3 de Abril de 2001 e 31 de Julho de 2002;

Nomeação, em regime de substituição, no cargo de director do Departamento de Planeamento, nesta Câmara Municipal, desde o dia 2 de Junho de 2005.

O nomeado deverá assinar o respectivo termo de aceitação no prazo legal de 20 dias contado a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, o presente processo está isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

Publique-se o presente aviso na 2.ª série, parte especial, do *Diário da República*.

16 de Outubro de 2006. — Por delegação, o Vereador dos Recursos Humanos, *Marcelo Nuno Gonçalves Pereira*. 3000218987

## CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

### Aviso

Para os devidos efeitos e por meu despacho de 17 de Outubro do corrente ano e na sequência do concurso publicado no *Diário da República*, n.º 25, de 30 de Janeiro de 2004, nomeio definitivamente para o lugar de técnica superior de 2.ª classe do grupo de pessoal técnico superior Carla Maria Ascensão Marrucho, 1.ª classificada no estágio oportunamente realizado.

Mais se torna público que a nomeada deverá aceitar a respectiva nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*. 1000307488

## CÂMARA MUNICIPAL DA HORTA

### Aviso

#### Discussão pública

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por meu despacho de 10 de Agosto de 2006, vai proceder-se à abertura do período de discussão pública relativa à operação de loteamento e obras de urbanização que incide sobre o prédio sito na Rua da Travessa, freguesia dos Flamengos, concelho da Horta, a que se refere o processo de 3 de Março de 2006, em que é requerente José Carlos Brum da Silva — Investimentos Imobiliários e Construções, Sociedade Unipessoal, L.ª, contribuinte n.º 512064784, durante o período de 15 dias, com início no 2.º dia após a publicação deste aviso.

O processo de loteamento referido encontra-se disponível para consulta nos dias úteis, das 9 às 16 horas, na Secção de Atendimento da Divisão de Gestão Urbanística e Obras Municipais da Câmara Municipal da Horta.

14 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Orlando Lourenço da Rosa*. 1000305052

### Aviso

#### Discussão pública

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por meu despacho de 4 de Agosto de 2006, vai proceder-se à abertura do período de discussão pública relativa à operação de loteamento e obras de urbanização que incide sobre o prédio sito na Rua do Arrife, freguesia dos Flamengos, concelho da Horta, a que se refere o processo de 3 de Julho de 2006, em que é requerente José Garcia Lobão, contribuinte n.º 162007507, durante o período de 15 dias, com início no 2.º dia após a publicação deste aviso.